

A (PO) ÉTICA POLÍTICA DE EDUARDO LOURENÇO

Maria Manuela Cruzeiro

Fatalmente não podemos abstrair-nos não só da história e das experiências políticas concretas contemporâneas, como da realidade viva, em chamas, da nossa aventura portuguesa.

Eduardo Lourenço

Pensar incomoda como andar à chuva.

Alberto Caeiro

1. A minha proposta de abordar o pensamento político de E. Lourenço, a sua *poética política*, tem a ver com razões internas à própria obra e à sua exploração num domínio francamente deficitário, se comparado com outros que o consagraram há muito como um dos maiores pensadores da nossa actualidade, como a literatura e a arte em geral, a filosofia, a história, a sociologia, etc.

Mas prende-se também com razões externas, isto é, com o decisivo contributo que a sua atitude crítica e exigente pode trazer a quem, entre nós, pretenda pensar e agir politicamente para lá do desolador cenário em que se transformaram as promessas redentoras de uma longínqua madrugada de há 31 anos.

E evoco aqui o 25 de Abril, não por meras razões profissionais (legítimas, sem dúvida, mas talvez inoportunas), ou de calendário (afinal falta pouco mais que uma semana para que se cumpra de novo a efeméride), mas justamente porque, tratando-se do código genético da nossa democracia, da nossa maioria moral e cívica, a sua celebração só fará sentido como tarefa e nunca como efeméride. Tarefa colectiva que não dispense ninguém, e muito menos os educadores, (professores de Português ou de qualquer outra disciplina) de uma verdadeira pedagogia da cidadania.

Gostaríamos, por isso, que o convite à descoberta do pensamento político de Eduardo Lourenço provocasse, para além do inegável prazer intelectual, o consequente sobressalto cívico que prepare a mudança necessária, que oponha uma escolha à indiferença, que substitua o que se acha esgotado, pelo novo. Um

novo de raiz democrática e livre, que é afinal (que sempre foi) a sua referência e o seu horizonte de pensador e de cidadão, quer no Portugal de Abril, quer no que, por demasiado tempo, o adiou. E continua a adiar. É que, como escreveu Comte, só se vence bem o que se substitui.

Nesta, como em todas as áreas em que o pensamento de E. Lourenço se tem desenvolvido e afirmado, o esforço de demarcação e clarificação é condição indispensável para se ultrapassar um conjunto de lugares comuns, tão cómodos quanto mistificadores, sobre o nosso pensador.

Como abundantemente se tem afirmado, mas infelizmente sem resultados visíveis, não é fácil ler E. Lourenço, embora pareça o contrário. “Tendo-se de certa forma naturalizado na nossa paisagem intelectual, a sua obra acabou por se tornar invisível nela. Começou a percorrer a via-sacra das vulgarizações, sem antes ter sido objecto da questionação que não só exigia, como sobretudo, merecia”(Silvestre,1998:32).

Porque se há traço que a todos surpreende e questiona, seus leitores antigos, ou apenas iniciados, é justamente a profunda originalidade do seu olhar sobre as coisas, tão contrário ao mimetismo das escolas e das correntes. O seu trabalho de *auto-gnose*, pois é disso que ele trata (sempre tratou!) vive da permanente interrogação, do perscrutar modelos e padrões, densos de informação, mas a exigir uma nova hermenêutica, mais de inquietação do que de consagração, sobre o nosso ser.

A sua auto-gnose é, pois, um acto criador, sempre capaz de produzir novas originalidades, numa revisão constante da nossa identidade e das imagens, símbolos e mitos, que são ao mesmo tempo o seu alimento vital e o seu suave veneno. Porque, melhor do que ninguém, ele sabe que quando um ser ou um povo recusam esse desafio questionante, não é a morte que os espera, mas sim o tormento de manter-se num limbo de imagens ou miragens desfocadas, ou prodigiosamente irrealistas.

Na política, como em tudo o resto, a busca dessa originalidade fundadora, obriga-nos a um esforço prévio de negação e pulverização de algumas verdades feitas. A saber:

A ideia de um pensador distante, ou mesmo descomprometido, que olha a realidade a partir de um lugar mais confortável, que muitos querem de exílio, e que o subtrai às vicissitudes e defende do desgaste das peripécias e acidentes do terreno armadilhado da política.

A ideia de que o seu pensamento político é dispersivo e eclético, repartido por intervenções pontuais, com que acompanha a actualidade política, fazendo dele um comentador do presente, ou um *penseur d`occasion*.

A ideia de um pensador excessivamente crítico, desencantado, por vezes corrosivo, quando não mesmo céptico e niilista, de certa forma integrando a

grande corrente que Boaventura de Sousa Santos chama de “geremiada nacional”. Por nem sempre se demarcar de um discurso dominante nas elites intelectuais de decadência e de descrença que, quando projecta uma ideia positiva do país, o faz de modo elitista e desfocado, sempre á beira da frustração, da queda e do ressentimento.

Penso que estes três preconceitos, consciente ou inconscientemente assumidos, são responsáveis pela relativa desatenção que a maioria dos estudiosos da sua obra tem dedicado a uma parte substancial da mesma. Sem se darem conta que se descartam assim de títulos tão importantes como *O fascismo nunca existiu*, *Os Militares e o Poder* ou o *Complexo de Marx*, sem esquecer o mais recente *O Esplendor do Caos*, para além de centenas de artigos não compilados nessas quatro obras de referência, com que persistentemente acompanha a vida portuguesa, não só nos trinta anos que levamos de democracia, mas desde os já longínquos anos 50. A minha intervenção propõe-se, pois, desmontar este triângulo simplista que obscurece e compromete a real compreensão do seu pensamento político.

2. Começemos pela primeira ideia: a de pensador à distância, ou pensador em diferido. Talvez seja a que mais o perturba e que veementemente ele vem contrariando nos actos, como nas palavras. A sua paixão e preocupação por Portugal, pela sua *lusa tribo*, como refere Lídia Jorge, marca o seu afastamento físico (apenas físico) de um permanente desejo de regresso, ao mesmo tempo que lhe permite “o prazer e dor de ver o não ver”, como refere Luís Filipe Barreto, que acrescenta: “a lógica da escrita de E. Lourenço assente numa paradoxal duplicidade. Sendo ao mesmo tempo próxima (criticamente activa no desenrolar do palco nacional) e distante (nascida do afastamento meditativo)”. (Barreto,1984:70)

Proximidade e distância, ou peculiar forma de habitar as margens “como muitos não habitam o centro”, como noutras circunstâncias lembrou a quem ainda se surpreenda com o lugar por vezes tão improvável de onde nos fala: De Vence, esse lugar aceite por (in)decisão, as mais das vezes, mas também de muito perto, dos inumeráveis encontros, colóquios, debates, conferências, (na sua grande maioria em Portugal, mas também no estrangeiro) ou no virar de página de um jornal ou revista, seja de projecção nacional, seja da mais obscura e modesta imprensa regional.

E não é este um prazer menor: o de assistirmos a uma tão generosa e desarmada entrega, a um tão intenso convívio intelectual de um pensamento que, aceitando a designação do saudoso amigo Vergílio Ferreira, poderíamos nomear de *contrapolar* “ entre a vida e a circunstancia, entre o ser e o estar”, porque é aí

justamente que está a “história efectiva dos homens”, matéria do seu interesse permanente e apaixonado.

Esta fala mediada não é nunca fala de exilado, e muito menos de refugiado, como faz questão de deixar claro, assim rejeitando colaborar na construção da lenda do intelectual marginalizado ou sequer incompreendido: “Pessoas com algum senso de ironia e de humor, diriam que sou um emigrante de luxo, mas enganam-se. Porque os emigrantes nunca são de luxo, e eu não sou propriamente um emigrante. Seria, enfim, mais um emigrado, mas um emigrado voluntário, e de circunstância. Um exilado não. O exílio é qualquer coisa que, de algum modo se merece ou que nos impõem”, diz-nos numa entrevista à RTP em 1994.

Mas não sendo fala de exílio, não é também fala de evasão. É antes uma paradoxal forma de estar “nem cá nem lá, mas mais cá do que lá”. Para nosso bem. Porque se o exílio poderia convidar ao ressentimento e à nostalgia (numa atitude que sempre enaltece o passado, gerando mitos de consagração) a evasão, pelo contrário, convida à fuga para a frente, na busca de um futuro que só pode existir, negando o passado. Entre um e outro, pois, uma atenção feita de crença e suspeição, nunca de renúncia, a um presente concreto e à sua intrínseca dramaticidade, servida por um indeclinável apelo ético, uma agudíssima e exigente consciência cívica e um fundo sentido de solidariedade e de pertença.

3. E assim avançamos para o desfazer do segundo preconceito: o da fragmentação e dispersão dessa reflexão, apostada em compreender o presente, ou como ele mesmo afirma “essa tentativa de ver claro no labirinto que atravessamos em conjunto”.

Se sempre nos tem repetido que sem presente não há passado, e muito menos futuro, é justamente como pensador do tempo presente do *eterno presente que o verdadeiro tempo dos homens sempre é*, que ele se apresenta.

De um eterno presente que não se confunde com o tempo dos *history spot*, dos *reality shows*, ou dos *slogans* minimalistas, fragmentário e com um sentido de actualidade apenas acumulativo, sem *história* e sem *memória*.

Que não é também um presente vivido em diferido, como aparência, quais prisioneiros da caverna platónica, em que “as imagens –as sombras do mito de Platão – se tornam o nosso pão quotidiano, mas não denunciam um sol ausente, que só contemplaríamos se as criticássemos, e se fossemos capazes de lhes voltarmos as costas” (Lourenço,1998a:37).

Antes um presente com memória, ela própria condição de futuro, porque como escreve justamente em *Nós como Futuro*, “povo sem memória não tem futuro. Mas para isso, terá de reviver o passado como memória activa. Sempre em revisitação e mesmo em invenção. O passado também se inventa. O nosso e o dos

outros. É uma das funções do presente, que não se vive à espera que o futuro nos caia dos céus, conquistado e imaginado por outros”.(Lourenço,1998b:30/31)

Tal equivale a dizer que se as reflexões de E. Lourenço não são históricas, elas não são igualmente proféticas.

O tempo a três dimensões, o tempo histórico, é sempre construção abstracta, tarefa de historiadores nem sempre devidamente prevenidos contra tendências racionalmente globalizantes. A sua tarefa de auto-gnose é, ao contrário do que possa pensar-se, como dissemos, uma tarefa do presente. Mas de um presente que, se por um lado devora o passado, que só existe enquanto presente dos que o interrogam, por outro rouba o futuro, uma vez que ele já está incorporado nesse presente, que já coabita connosco e, de alguma forma, guia os nossos passos e pensamentos.

Neste contexto, não é possível uma visão profética ou messiânica que trace uma ideia de futuro de fora do tempo, um destino, ou uma fatalidade. Porque não há futuro mas sim futuros. E o futuro é a surpresa. Surge inesperadamente. Quando excessivamente calculado perde-se. Por isso eu diria que o profetismo de E. Lourenço é um profetismo às avessas. Que o leva a visitar o passado para mais livremente assumir a surpresa, a contradição, o tumulto e o desafio do presente. E o futuro que ele transporta e nele já se anuncia.

4. É pois a partir deste quadro conceptual que podemos avançar na tentativa de desfazer o terceiro grande equívoco: o que apresenta E. Lourenço como o pensador corrosivo, desencantado ou céptico, sem lugar para a esperança, o sonho ou a utopia.

É este talvez o ponto de mais difícil elucidação no seu pensamento não só político: o sentido e alcance da sua dimensão utópica. Tributária do seu pensamento filosófico-cultural, é sem dúvida através dela que a sua reflexão política se liga com a sua filosofia, impedindo-nos de estabelecer fronteiras rígidas entre elas.

O que significa que esse pensamento político não se encerra nas páginas das obras citadas, dedicadas à realidade política concreta, antes é o coroamento lógico de uma obra que, na síntese perfeita de M. Manuel Baptista, “não se recusa a projectar um sentido no futuro, sentido esse que se dirige em primeiro lugar para o domínio político-cultural (instâncias da vida colectiva que em Lourenço se encontram estritamente relacionados) e deriva de uma exigência ética cujo conteúdo se determina no âmbito de uma incessante tarefa hermenêutica” (Baptista, 2003: 409).

Exigência ética que é o fundamento de toda a acção responsável. Por outras palavras: A dimensão ética da política pressupõe a responsabilidade dos seus agentes pelas acções que desencadearam ou não, pois se assim não fosse, havia

determinismo e não liberdade. Por isso ele escreve: “Entre o maniqueísmo que toda a acção supõe, como diz Malraux, e a liberdade que cada homem é, se trava o conflito que só a acção mesma decide. Mas nela se joga de cada vez o sentido global da vida que, na medida em que resulta de uma escolha para ser realmente humano, é fatalmente ético, e supõe por isso uma referência explícita ou implícita, a uma ética da acção” (Lourenço,1979:15).

Essa ética da acção ou ética política apresenta no autor características que importa analisar. Recusando a velha política (velha, e infelizmente tão actual) feita de “caciquismo, frenesim politiquero, classe política fechada sobre si mesmo, manipulação diurna e nocturna da opinião pública, combinismo permanente, clientelismo, nepotismo mesmo, sem falar da incoerência nuclear do próprio projecto político nem do catastrófico optimismo da classe dirigente” (Lourenço,1979:97), o autor defende uma nova política cuja exigência ética está longe, contudo, de reeditar velhos projectos, justos como finalidade a atingir, mas eles mesmos fonte de tragédias do bem que não são menos implacáveis que as tragédias do mal. E afinal tão irresponsáveis como o mais irresponsável pragmatismo.

É que, quando uma prática política segue uma intenção e aplica um programa, faz da acção a consequência aplicada, a simples aplicação de um saber. E faz da moral e da política uma tecnologia. Não provém já da razão prática, ou da decisão. Começa, então a ser irresponsável, não por defeito, mas por excesso. Ou seja, não por falta de regras de acção, mas por excesso dessas mesmas regras que, de vinculativas, passam a ser constringedoras.

Contudo, essa ética da acção responsável em que radica a nova política, reenvia-nos para uma esfera não exclusivamente política, mas se quisermos meta-política, porque viola constantemente os seus limites e questiona os próprios fundamentos, inventando uma poética política que “subtrai a aventura humana à insignificância ou ao brilho espectacular e efémero da comédia meramente política”.

Num mundo que é por excelência o reino dos possíveis, essa invenção de uma poética política estruturalmente aporética, abre um espaço de interrogação permanente que recusa quer as sonoras verdades de uma ética política tradicional que, segundo o autor, “evoca em excesso a velha moral de cabeça de Medusa, repressiva e hipócrita, máscara por demais transparente dos valores invocados por uma sociedade injusta para perpetuar a sua injustiça” (Lourenço,1979:15), quer a actividade política que se afasta dessa cadeia para aceitar a rede de possibilidades limitadas, apenas permitidas pelo cálculo razoável dos possíveis. É, pois, dessa ordem do possível que se demarca o seu projecto político ao apresentar-se como algo que,” ao fim e ao cabo não releve da ciência, (e sobretudo da bem nebulosa ciência política) mas de uma espécie de poética apta a integrar aquela parte de

imaginário que nunca mereceu consideração aos analistas “positivos” e científicos” da aventura humana. (Lourenço,1979:71)

Essa poética política liga domínios que por norma se consideram irreduzíveis: o mundo da acção política e o mundo da invenção poética. Só juntas poderão contribuir para conciliar a autonomia do sujeito moral com a pulsão utópica, como invenção colectiva de sentido.

Os supremos valores da liberdade e da democracia que informam essa poética política e que dão rosto à sua utopia, sendo comumente considerados valores políticos por excelência, transportam no seu caso um lastro filosófico-cultural que os religam ao tronco central do seu pensamento, antes de mais através do conceito nuclear de trágico. Como afirma Miguel Real, “nesse seu conceito de Liberdade trágica se conjuga de forma original o ideal Heideggeriano e Sartriano de forma ontológica da existência humana, com o ideal Kantiano de ética capacidade de auto-reflexão incondicionada, cuja essência consiste na possibilidade de recusar ou discutir toda a espécie de postulados”. (Real,2003:74)

Ligar utopia e trágico, numa tensão criadora, sem se refugiar no falso paraíso das crenças mais optimistas, nem se afundar no vazio mais negro e aterrador, é, afinal, o horizonte mais vasto para que aponta o seu pensamento político, a igual distância quer do dogmatismo, quer do absurdo. Qualquer uma dessas alternativas tem em comum o facto de negarem o trágico que habita toda a acção humana e a acção política em particular. “É urgente navegar à estima entre um optimismo que derive para campos de morte, e um pessimismo que consagre as formas insultuosas da dignidade humana”.

Diremos então que a sua utopia nasce e se constrói em dois movimentos: um primeiro, de reflexão desconstrutiva e crítica a que sujeita a visão utópica clássica do humanismo ocidental, assim acautelando o risco da sua perversão, o seu deslize para a ideologia, a propaganda e a alienação de que a história quer de Portugal, quer da Europa é fértil.

Um segundo de construção de um projecto cuja dimensão futurante autoriza a sua designação de utópico, mas cujo conteúdo é assumidamente de natureza trágica, dividida, por vezes equívoca e polémica, porque são esses os sinais que a realidade nos dá, e só sabendo ler esses sinais, compreendendo o que em cada momento está em causa, evitaremos quer o voluntarismo que a força, quer o demissionismo que a aceita passivamente.

5. O primeiro momento inaugura-se com *Heterodoxia*, mais do que qualquer outro um *livro-acto*, pela ruptura com as duas ortodoxias vigentes no plano político, cultural, ideológico e religioso dos anos da sua formação: catolicismo e marxismo. Mas também sinal de decepção quase culposa, pela deserção em

relação a este último. Se a recusa do catolicismo/ salazarismo (apesar de dolorosa pelo corte com as raízes de aldeão e católico que são as suas), não lhe impediu de ser autor de algumas das mais lúcidas e profundas análises críticas a esse regime, a sua ruptura com o marxismo reveste-se de acrescidas dificuldades devido certamente à muito maior aproximação afectiva e ideológica.

Essa dupla ruptura conduz a uma implacável desmontagem da estrutura subjacente a esse sistema bipolar, seja logo na *Heterodoxia I* e mais tarde na *Heterodoxia II*. “pode mesmo dizer-se que a reflexão (e não só política) inscrita neste livro se nutre desta *hantise* de uma dupla face do monstro totalitário e respectivas tentações, que alimentou tanto a sua paixão de compreender o regime defunto (ou suposto como tal) como o breve período do processo revolucionário, ou democrático, como queiram chamar-lhe. É a trama dessa lógica viciosa, dos seus meandros e subterfúgios, do seu novelo embrulhado, que o autor tenta desembrulhar, pegando-lhe simultaneamente pelas duas pontas” (Seabra,2004:131).

Contudo só por mistificação se pode afirmar que as duas pontas da meada se equivalem e identificam. Explicar uma pela outra é justamente o que E. Lourenço denuncia como um círculo vicioso e maniqueísta que importa ultrapassar. É esse o verdadeiro sentido do título irónico e provocante (muito para lá do que ele próprio podia imaginar) de *O Fascismo nunca existiu*. Dupla provocação, diria. Antes de mais, naturalmente, aos seus arautos e seguidores (passados e presentes), empenhados na tarefa de lhe suavizar a sua face mais repulsiva, num esforço iniciado logo no dia seguinte à liquidação da ditadura, e ainda muito longe de estar concluído. Mas também provocação aos anti-fascistas a quem convoca para uma dolorosa e paradoxal constatação: “O fascismo existiu e com uma perfeição quase absoluta. Mas não existiu nunca como a maioria da oposição democrática o pensou antes do 25 de Abril, e a ele continua a referir-se uma parte da classe dirigente triunfante, simplificando-o com a espécie de violência infantil que se reserva aos papões que deixaram de meter medo” (Lourenço,1976: 232).

A continuidade subterrânea que liga as duas pontas da meada é a causa e consequência dessa forma política de *inexistir* que parece ter-se instalado como traço estrutural da nossa cultura e prática políticas. Como denunciava já em 1976, J. Augusto Seabra “esta forma política de inexistir, que parece congenial à dos políticos de não pensar, está de resto a tocar as raias do cinismo pátrio: quem nos garante que um dia se não venha a constatar que a Pide não existiu, que as suas vítimas não existiram? Existiu acaso Humberto Delgado? Ou terá sido apenas um caso de imaginação necrófila de alguns antifascistas exilados?” (Seabra,2004:132) Nesta lógica de redução ao absurdo, é possível proclamar com total tranquilidade que afinal o 25 de Abril não existiu uma vez que se esfumou a dura mas “ficcionalada” realidade que o justificaria...Isto mesmo, em variadíssimos

contextos, mas sempre num registo de doloroso sarcasmo e fina ironia, vem dizendo E. Lourenço, com um grau de incompreensão no mínimo suspeito...

E não foi necessário esperar muito para que o absurdo se convertesse em tese não só de políticos mas também de sociólogos e politólogos a quem devemos agradecer o desfazer do fatal equívoco...

6. As inúmeras reflexões que dedicou à revolução e ao regime democrático por ela instaurado (compiladas em *O Complexo de Marx*), inauguram um período particularmente intenso de participação na cena política. Na sua diversidade diacrónica (sugerida por uma actualidade cada vez mais urgente) é, contudo possível captar a sua intertextualidade sincrónica, isto é, a permanência de uma incansável, exigente, por vezes angustiada reflexão sobre a democracia, não como questão metafísica ou religiosa, mas justamente como resposta política a um problema político. Como sempre (agora mais do que nunca) o enquadramento filosófico da questão não o afasta da preocupação pela realidade viva em chamas da nossa aventura concreta. Configura-se assim o segundo momento de construção da sua utopia já anunciado com surpreendente antecedência em 1959 num texto intitulado *A nova república deve nascer adulta*.

Escrito no rescaldo das eleições de 58, e do terramoto nacional que elas constituíram, este texto condensa, a nosso ver, as principais linhas de força da sua abundante reflexão política posterior, embora os enormes obstáculos e desafios que quase premonitoriamente anunciava a um regime democrático que fatalmente teria que vir, ficassem muito áquem da realidade.

Sem pretender esgotar toda a riqueza e complexidade do texto em questão, diria que ele não é, como se tem afirmado, uma abstracta e inóqua defesa da democracia *tout-court*. Ao contrário, E. Lourenço submete esse conceito filosófico-político à prova de fogo das suas reais condições de possibilidade na realidade concreta do país que somos. A fórmula *Paixão positiva* com que designa o valor supremo da democracia, acrescenta-lhe uma delimitação teórico-prática, que o faz descer do céu luminoso dos conceitos, ao terreno da sua concretização histórica. Como escreve M.Manuel Baptista: “A nova república deverá ter em conta a História e os seus atavismos, as contradições que são as suas, e as que lhe são impostas pela história. Mas, mais do que isso, deve nascer sem *ressentimento*, apenas movida pela paixão positiva, diálogo honesto, entre os opostos, que exige a absoluta rejeição quer da propaganda, quer da demagogia ou da ideologia” (Baptista, 2004:411).

Encarar de frente o trauma nacional que foi o fascismo, evitando “esse labirinto de que ninguém sai sem ajuda, pois é a fraqueza e a impotência íntimas que o constroem” que é o ressentimento, romper a cortina de silêncio com que

tradicionalmente cobrimos os episódios mais sombrios da nossa história, opor aos estigmas da nossa proverbial passividade, uma paixão *positiva e adulta*, eis a base de todo um programa de construção de uma utopia que heterodoxamente procura substituir as polarizações esquizofrénicas de uma lógica de exclusão, por uma lógica de inclusão, ou seja, contrapor à antítese do ou/ou, a síntese sempre precária e imperfeita do e/e.

Aí se cruzam de forma paradigmática o olhar do filósofo com o do político. Teoria e praxis, no equilíbrio sempre instável e nem sempre feliz que constitui o seu ensaísmo político, particularmente quando, a partir da revolução, de um tempo em que nada acontecia, se passou a um outro saturado de acontecimentos realmente políticos, que na sua conflitualidade interna, mesmo na sua incoerência, o obrigou a um esforço inédito de lucidez.

É certo que o desafio de encarar de frente o único momento da contemporaneidade portuguesa em que a política foi vivida como projecto e como ideal (e não sofrida como destino e muito menos missão) o não poupou sempre à surpresa e ao desconcerto de uma realidade que a todo o momento subvertia e aniquilava as ferramentas com que tentava pensá-la. Isto é particularmente verdade para o caso do conceito chave em torno do qual E. Lourenço pensou ser possível estruturar o seu pensamento político: o conceito de socialismo. Mais precisamente, o socialismo português. A análise que lhe merece a vertiginosa marcha dos acontecimentos da política nacional e a actuação dos seus mais visíveis protagonistas, se por um lado é inspirada pelo forte desejo de encontrar uma criativa e original via portuguesa para o socialismo, por outro, testemunha um profundo desencanto por essa espécie de oportunidade perdida, ou deitada a perder por um Partido Socialista “hiper-socialista ao nível da fraseologia para poder colmatar a brecha que o separava das massas fascinadas pelo PCP, e, quando muito, radical e republicano ao nível do seu comportamento concreto” (Lourenço, 1979:225). Mas também por um Partido Comunista essa “má fascinação” que não deixa ninguém indiferente.

É óbvio que todo esse labor reflexivo, em torno do socialismo, só se desenvolve abertamente sob o apelo dramaticamente urgente desse fugaz momento em que ele fez parte da agenda política e social deste país. Contudo, se ultrapassarmos a visão conjuntural, verificaremos que uma continuidade subterrânea liga as suas intervenções políticas iniciais, esporádicas, às que surgiram em catadupa, suscitadas pelo momento revolucionário, e até às mais recentes prioritariamente dedicadas à questão europeia. Como ele próprio afirmou, por ocasião dos seus sessenta anos de vida literária e filosófica “O meu percurso, se assim se pode chamar, foi sobretudo uma deriva constante, uma entrega a objectos do meu interesse intelectual, artístico ou político, que constantemente variou, não direi de ponto de vista ou de perspectiva, mas sim de objectivo, assim

dando a impressão de uma obra que não tem centro aparente mas que é um rosário de reflexões, de escrita, sobre os objectos mais diversos” .

7. O desafio de pensar a realidade política de um país que André Malraux dizia adorar por ser um país de irrealidade política, um país que nos últimos cinquenta anos sofreu transformações tão profundas como foram a conquista da democracia, a perda de um império colonial e a sua opção europeia, fazem do ensaísmo político de Eduardo Lourenço, um combate em várias frentes. Antes de mais, porque dela tudo depende, um combate pela memória: pelo conhecimento crítico de um passado de 48 anos que, ao contrário do que muitos pensam ou desejam, a Revolução não varreu de uma penada, mas que permanece como impensado, configurando formas de pensar e de agir herdadas directamente do salazarismo. Formas de pensar e de agir que, porque não assumidas, colaboram numa estratégia de não inscrição, como brilhantemente nos recorda José Gil quando apresenta Portugal como o país por excelência da *não inscrição*. O país onde nada acontece que marque o real, que o transforme e o abra. Um país sem passado nem futuro, em que só o presente pontual existe.

Gostaríamos que o pensamento político de Eduardo Lourenço se inscrevesse neste nosso presente, alargando o seu horizonte de possíveis, recusando a direcção única que o discurso político, económico, social e cultural, das instituições e dos media, não se cansam de nos repetir. “Desafiando o falso limite da norma omnipresente e invisível, mostrando que há outras maneiras de viver, de educar, de instruir, de tratar, de se divertir, de amar” (Gil, 2004:46). Que há, enfim, uma democracia por vir.

Porque, como de novo nos recorda o nosso autor, “A nossa vida, ou pelo menos o sentido dela, constrói-se do fim para o princípio. Não é só na ficção científica, mas na realidade que vimos do futuro.”

Referências bibliográficas

Baptista, Maria Manuel

Eduardo Lourenço- A paixão de Compreender, Ed. Asa. 2003.

Barreto, Luís Filipe

Em torno de O Labirinto da Saudade, Prelo, Número especial, 1984 pp69-81.

Cruzeiro, Maria Manuela

Eduardo Lourenço –O Regresso do Corifeu, Ed. Notícias.1997.

Gil, José

Portugal, Hoje – O Medo de Existir, Relógio d' Água, 2004.

Lourenço, Eduardo

O Fascismo nunca existiu, Publicações D. Quixote, 1976.

O Complexo de Marx, Publicações D. Quixote, 1979.

O Esplendor do Caos, Gradiva, 1998.

Nós como Futuro, Assírio e Alvim, 1998b.

Real, Miguel

O Essencial sobre Eduardo Lourenço, Imprensa Nacional_Casa da Moeda. 2003.

Seabra, José Augusto

Eduardo Lourenço ou a incomodidade de pensar (o fascismo e o resto).

in Cartografia Imaginária de E. Lourenço – Dos Críticos. Coord de M Manuel Baptista. Ver o Verso, 2004.

Silvestre, Osvaldo Manuel

Um roteiro do Labirinto, In Expresso, 25 de Abril. 1998.

Comunicação apresentada no DÉCIMO ENCONTRO de PROFESSORES DE PORTUGUES/HOMENAGEM a EDUARDO LOURENÇO
Areal Editores. 14 e 15 de Abril 2.005

